

Educação Integral em Tempo Integral: caminhos e desafios

Material elaborado com base na Nota Técnica de Luciane Alaíde Alves Santana, Everson Meireles e Paulo Gabriel Soledade Nacif, professores e pesquisadores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

PARA QUE SERVE A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL?

A Educação integral em tempo integral é uma estratégia para a melhoria da qualidade da educação básica brasileira que deve envolver tanto a dimensão quantitativa, com ampliação do tempo na escola, como qualitativa, relacionada à formação integral humana. Ela pode fortalecer um processo educativo interdisciplinar, multidimensional, reflexivo e engajado, credenciando-os/as estudantes a interagir com questões concretas e de interesse dos/as habitantes daquele território, além de estreitar os laços afetivos entre estudantes e professores.

POR QUE A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL AINDA NÃO É UMA REALIDADE PARA A MAIORIA DAS ESCOLAS?

A meta 6 do Plano Nacional da Educação (PNE) determina a oferta da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da educação básica.

Porém, o subfinanciamento, a falta de continuidade, a simplificação da política e a baixa abrangência de matrículas limitaram a efetividade dos programas de educação em tempo integral adotados no Brasil até hoje. O programa federal atual restringe-se a uma ação de governo e com vigência até 2026.

O financiamento é uma questão importante na formulação da política de educação em tempo integral pois a qualidade da oferta requer, necessariamente, atentar para elementos estruturais: formação docente, infraestrutura, material didático, currículo, dentre outros, que têm impacto nos custos e na qualidade de sua implementação.

Os recursos destinados à ampliação das matrículas em tempo integral não incluem investimentos adicionais no Programa de Alimentação Escolar (PNAE). A medida é essencial porque a política de educação integral priorize populações mais vulneráveis, e a segurança alimentar na escola é um fator de permanência escolar.

RECOMENDAÇÕES PARA GESTORES PÚBLICOS

- 1] Assegurar a educação integral em tempo integral como Política Pública de Estado e não apenas como Programa de Governo, de modo que os processos de indução e financiamento em âmbito federal sejam permanentes.
- 2] Incorporar a formação integral do sujeito humano como diretriz do currículo escolar.
- 3] Envolver a comunidade escolar de forma ativa na implementação da educação integral.
- 4] Atentar para os aspectos inter/multissetoriais, imprescindíveis a uma política de educação integral em tempo integral, garantindo o envolvimento do território, de modo que os espaços educativos diversos da cidade se estendam para além dos muros da escola.
- 5] Debater com a sociedade e entre os governos federal, estadual e municipal para difundir a importância da melhoria da qualidade educacional brasileira por meio desta estratégia.
- 6] Considerar as demandas aumentadas em relação à quantidade e qualidade da alimentação escolar.
- 7] Coordenar nacionalmente a atual estratégia de ampliação de matrículas da educação integral para garantir a ligação estreita entre os eixos do programa (ampliar-formar-fomentar-entrelaçar-acompanhar).
- 8] Financiar a política atentando-se ao fato de que as diferentes etapas da educação básica demandam recursos progressivos e de acordo com os seus níveis de complexidade.
- 9] Assegurar mecanismos de financiamento adequado, especialmente por meio de valores de repasse do Fundeb, suplementação de valores para alimentação escolar, e manutenção de mecanismos de fomento a estados e municípios.

Para saber mais, acesse a [Nota Técnica](#) na íntegra no site do D³e: www.d3e.com.br